

## REVERBERAÇÕES DE DEBATES TRANSNACIONAIS NO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO

VITÓRIA APARECIDA BALDAÇO DE JESUS<sup>1,2\*</sup>, HALFERD CARLOS RIBEIRO JUNIOR<sup>2,3</sup>

### 1 Introdução

Sobre os escombros da Segunda Guerra Mundial, das cidades destruídas e milhões de vidas dizimadas, inicia-se o debate na perspectiva de evitar a destruição da humanidade, e a reconstrução de um novo mundo. A presente pesquisa tem como ânimo esboçar e desvelar a construção da proposta da UNESCO para uma Compreensão Internacional, apresentando os resultados e desdobramentos nos anos imediatos ao fim da Segunda Grande Guerra, que se enveredou esforços para promover uma cultura política de valorização da compreensão internacional, especialmente, voltada para a educação escolar, de paz e solidariedade entre as nações, a fim de superar uma cultura política de violência. Sob essa ótica, a UNESCO se estabeleceu como espaço de articulação entre políticos, diplomatas, intelectuais e pesquisadores, reconhecendo a educação como instrumento fundamental e estratégico para reconstruir o campo intelectual e transformar mentalidades. O período analisado inicia-se em 1946, ano de fundação da UNESCO, até 1974, quando foi publicada a Recomendação da UNESCO.

A investigação parte da análise das reverberações do sistema educacional brasileiro, dialogando com autores que realizaram uma história sociocultural do currículo para a compreensão internacional. Nesse sentido, as reflexões de Pizzato (2001) são fundamentais, ao apontar que a transição para um modelo urbano industrial se refletiu nas reformas educacionais em consonância com os princípios defendidos pela UNESCO. Tal análise é ancorada sobre a Constituição da UNESCO (1945), “uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz”.

### 2 Objetivos

<sup>1</sup> Acadêmica do 9º semestre da graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim, contato: [vitoria.annee190@gmail.com](mailto:vitoria.annee190@gmail.com).

<sup>2</sup> Grupo de Pesquisa: Educação Popular na Universidade (GRUPEPU).

<sup>3</sup> Graduado e Mestre em História (UNESP/Franca), Doutor em Educação (FE/UNICAMP). Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim, contato: [halferd.junior@uffs.edu.br](mailto:halferd.junior@uffs.edu.br). Orientador.

O objetivo geral do subprojeto foi de desvelar a proposta de uma compreensão internacional da UNESCO diante do processo de construção desses saberes que moldaram representações culturais sobre guerra e paz no cenário brasileiro. No campo específico, pretendeu-se identificar e reunir produções acadêmicas relacionadas ao tema. Também foi examinada a documentação preservada na Biblioteca Digital UNESDOC, com o intuito de compreender suas contribuições para a área investigada.

### 3 Metodologia

Para mapear essas transformações, adotou-se uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental e bibliográfica, abrangendo a revisão do estado do conhecimento em repositório como a Biblioteca Digital Brasileira de teses e Dissertações (BDTD), Portal de Periódicos da CAPES, Google acadêmico, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e UNESDOC<sup>4</sup>. Em todos os apoios foram utilizados os mesmos descritores: “compreensão internacional”, “Ensino de História”, “UNESCO”, “Conferências” “Seminários” “Sistema educacional brasileiro”. Dentre as dimensões do estudo, destacam-se: A History of UNESCO (Valderrama, 1995), A educação brasileira no pós-guerra (Cunha, 2022), o documento oficial da UNESCO de 1974 e o artigo - Pensando a paz entre as guerras: o lugar do ensino de história nas relações exteriores (Leite 2011).

### 4 Resultados e Discussão

Nesse sentido, observa-se que os documentos selecionados permitiram compreender de que modo as orientações internacionais, foram reinterpretadas no Brasil, transformando gradualmente o ensino de história. Destaca-se, ainda, a importância do grupo de pesquisa vinculado a esta iniciação científica, essencial para consolidar as reflexões apresentadas.

Valderrama (1995) examina que, no período pós-guerra a UNESCO depositou um grande esforço sobre a reconstrução intelectual e estrutural do mundo, como em projetos que abrangeram desde o fornecimento de equipamentos militares excedentes a laboratórios em países devastados até iniciativas voltadas à restauração de espaços culturais. Essas condutas reforçam o compromisso da UNESCO, que percorriam além do investimento material, esboçava-se de fomentar um novo ambiente cultural e científico que contribuísse para a

---

<sup>4</sup> UNESDOC acervo digital que preserva a memória institucional da entidade, na digitalização de seu acervo, possibilitando a investigação de pesquisadores em todo o mundo. Facilmente acessíveis online: <https://unesdoc.unesco.org/?locale=en>

promoção da paz e da segurança internacional por meio da cooperação transnacional. Dentro desse movimento, foi identificada a participação brasileira, exemplificada pela presidência do professor Paulo E. de Berredo Carneiro no projeto de publicação da História Científica e Cultural da Humanidade, evidenciando o envolvimento direto do Brasil na consolidação desse esforço coletivo de reconstrução.

Cunha (2022), argumenta que o campo educacional brasileiro no pós-guerra foi atravessado por disputas políticas e ideológicas, delineando as tensões entre projetos de modernização e resistências, destacando que “Tais afirmações revelam a nova conjuntura vivenciada no Brasil redemocratizado e as disputas de projetos” (Cunha, 2022, p. 46). A Reforma Simões Filho (1951) valorizava o currículo mínimo por exemplo, buscou modernizar o ensino secundário, trazendo novas diretrizes a necessidade de formar cidadãos mais conscientes e críticos, preparados para conviver em um mundo cada vez mais interdependente, porém não rompeu com a centralização herdada do Estado Novo, obstaculizado pela atuação de forças políticas.

A elaboração do anteprojeto da Lei e Diretrizes e Bases da Educação de 1961 ocorreu em um contexto no qual o sistema de ensino brasileiro era amplamente debatido em diferentes espaços. No Congresso Nacional, travou-se uma longa e intensa discussão política, que resultou na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nesse mesmo ano. Cunha (2022) evidencia, ainda, a influência de debates internacionais que defendiam uma educação democrática voltada ao desenvolvimento do entendimento mútuo entre os povos. Embora tenha representado um avanço significativo ao incluir debates sobre democratização e transformação do ensino, seu alcance acabou sendo parcialmente limitado pelas tensões internas entre grupos conservadores e progressistas, o que impediu a completa implementação das mudanças planejadas. Nesse sentido, a análise de Valderrama (1995) acaba por fortalecer o estudo de Cunha (2022) ao afirmar que nenhum documento é inocente. A partir dessas afirmações transcende uma reflexão que o espaço tempo busca manusear, controlar ou reformular currículos, políticas educacionais e discursos de acordo com demandas persistentes no contexto do período. Fazendo com que, o processo se tornasse mais árduo, fragmentado e lento para alcançar de fato as ideais centrais defendidos pela UNESCO.

Leite (2011) pondera o debate sobre o papel ambíguo do ensino de História, que pode tanto perpetuar discursos nacionalistas quanto se tornar uma via para a construção de uma memória coletiva voltada à paz. Em seu artigo, destaca que, após discursos e apoios a um estudo

pacífico [...] produziu o que alguns historiadores chamam de “mobilização dos espíritos”, isto é, uma espécie de desarmamento moral das novas gerações. (LEITE, 2011 p. 679). No que se refere à posição brasileira no cenário internacional, destaca ainda, como interesses políticos favoreceram a aproximação com a República Argentina, possibilitando um diálogo diplomático, que resultou na assinatura do “Convênio entre o Brasil e a República Argentina para a Revisão dos Textos de Ensino de História e Geographia”. Nesse processo houve uma articulação entre diferentes setores para impedir que a juventude fosse influenciada a nutrir o ódio contra outros povos do continente. Desta forma, a educação passou a ser incorporada pelas associações pacifistas como um campo estratégico, na medida em que denunciaram como o ensino de História vinha sendo utilizado, ao longo do tempo, para legitimar discursos de ódio, tanto antigos quanto recentes.

Por fim, o documento oficial da UNESCO de 1974 faz diversas recomendações para os estados-membros no campo da educação, destacando como compromisso central “fomentar a compreensão internacional, a cooperação e a paz”. Nesse sentido, entende-se que a educação deve assumir como princípio a rejeição da guerra e da violência, incentivando a cooperação mútua para a manutenção da paz e combate a ideologias de ódio, como o racismo, o fascismo e o colonialismo.

## 5 Conclusão

Diante das análises apresentadas, é evidente o desejo da UNESCO em propor alterações nos sistemas de ensino na busca de uma construção da política internacional. Sob esse olhar, as reformas educacionais analisadas não são apenas mudanças técnicas ou administrativas, mas processos que participam da constituição de regimes de verdade, sistemas de pensamento e representações de poder. Logo, este estudo procurou mapear as condições históricas, as práticas institucionais e as epistemologias que conferiram legitimidade a essas reformas, expressando como as orientações internacionais foram perpetuando no contexto brasileiro. Evidenciou-se que o ensino de História, ao se transformar em um ambiente voltado para a promoção da paz e da empatia cultural, desempenhou um papel estratégico na formação de sujeitos críticos, conscientes e dedicados a construir sociedades mais justas e solidárias. O estudo evidencia que, apesar dos esforços da UNESCO para promover uma cultura de paz, os desafios nessa área permanecem atuais e se tornam cada vez mais urgentes, refletidos em conflitos como os da Ucrânia da Palestina e no crescimento de discursos extremistas.

## Referências Bibliográficas

CUNHA, Adriana Mendonça. **Educação brasileira no pós-guerra**. Curitiba: Appris, 2022.

Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/Artigo+CTP+2024%20\(6\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Artigo+CTP+2024%20(6).pdf). Acesso em: 17 jul. 2025.

LEITE, Juçara Luzia. **Pensando a paz entre as guerras: o lugar do ensino de história nas relações exteriores**. História Unisinos, São Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 376–383, set./dez. 2011.

Disponível em <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/7925> Acesso em: 17 ago. 2025.

PIZZATO, Maria Diloné. **A Geografia no Contexto das Reformas Educacionais**

**Brasileiras**. Geosul, Florianópolis, v.16, n.32, p 95-137, jul./dez. 2001. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14021>. Acesso em: 10 jul. 2025

UNESCO. **Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural**

**Organization**. Adopted in London on 16 November 1945. Paris: UNESCO, 1945. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/legal-affairs/constitution>. Acesso em: 20 ago. 2025

UNESCO. **Recomendação da UNESCO sobre a educação para a compreensão,**

**cooperação e paz internacionais e a educação relativa aos direitos humanos e liberdades**

**fundamentais**. Adotada em Paris, em 19 de novembro de 1974. Disponível em:

<https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/recomunesco-educacao.pdf> Acesso em: 12 ago. 2025.

VALDERRAMA, Fernando. **A History of UNESCO**. Paris: UNESCO Publishing, 1995.

Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/195499> . Acesso em: 17 jul. 2025.

**Palavras-chave:** ensino de história; sistema educacional brasileiro; compreensão internacional; UNESCO

**Nº de Registro no sistema Prisma:** PES 2024-0525

## Financiamento

